

Análise de uma nova perspectiva de abordagem do sujeito sintático no livro didático: diagnóstico e possibilidades

*Analysis of a new perspective of the subject syntactical approach in the
textbook: diagnosis and possibilities*

Jildonei Lazaretti

Graduando em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e graduado em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis-GO.

E-mail: jildoneilazaretti@hotmail.com

Resumo: O presente estudo analisa a abordagem do conceito de sujeito sintático no livro didático de Ensino Médio *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3, publicado pelas Edições SM. Essa análise é desenvolvida de forma comparativa, relacionando a perspectiva do livro didático com a das gramáticas normativas de Cunha e Cintra (2008), Cegalla (2005), Rocha Lima (2003) e Bechara (2009), bem como com os estudos críticos de morfossintaxe desenvolvidos por Travaglia (2002), Sautchuk (2007, 2010), Perini (2004, 2010), Carone (1998) e Dias (2002, 2003). A partir desses referenciais, pretende-se demonstrar que o livro analisado apresenta uma nova perspectiva de abordagem do sujeito, que difere das gramáticas normativas em relação à definição de sujeito na sintaxe, mas também se aproxima delas no que se refere à classificação dos tipos de sujeito sintático. Essa nova perspectiva de abordagem, ao se distanciar do conceito normativo de sujeito e criticá-lo, possibilita novas reflexões sobre a função do sujeito. Por outro lado, ao mencionar as classificações sintáticas da gramática normativa, o livro didático demonstra a necessidade de compreensão da sintaxe como eixo ou estrutura fundante da textualidade.

Palavras-chave: Ensino da Língua. Livro didático. Morfossintaxe. Sintaxe. Sujeito.

Abstract: This study analyzes the approach of the concept of the subject in the syntactical teaching of high school textbook *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3, published by Edition SM. This analysis is developed in a comparative way, relating the perspective of the textbook with the normative grammars by Cunha and Cintra (2008), Cegalla (2005), Rocha Lima (2003) and Bechara (2009), as well as the critical morphosyntax study developed by Travaglia (2002), Sautchuk (2007, 2010), Perini (2004, 2010), Carone (1998) and Dias (2002, 2003). Based on these references, it will be demonstrated that the analyzed book presents a new perspective of the approach the concept of the subject, which differs from the normative grammar in relation to the definition of subject in the syntax, but it also approaches to them in relation to the classification of types of syntactical subject. This new perspective approach, by distancing itself from normative concept of subject and criticizing it, enables new thinking on the role of the subject. On the other hand, by mentioning the syntactical classifications of normative grammar, the textbook demonstrates the need to understand the syntax as axis or founding structure of textuality.

Keywords: Language Teaching. Textbook. Morphosyntax. Syntax. Subject.

1 Considerações iniciais

Este trabalho pretende analisar a abordagem do sujeito sintático no livro didático de Ensino Médio *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3, obra coletiva desenvolvida pelas Edições SM.

Tal análise desenvolve uma comparação entre a perspectiva do referido livro didático com o entendimento das gramáticas normativas e com estudos críticos de pesquisadores da morfossintaxe. Entre as gramáticas, optou-se pela utilização da *Nova Gramática do Português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (2008); da *Novíssima gramática da língua portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla (2005); da *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (2003); bem como da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009). Quanto aos pesquisadores, a análise recorre a Travaglia (2002), Sautchuk (2010), Perini (2004, 2010), Carone (1998) e Dias (2002, 2003).

Antes de iniciar a análise comparativa propriamente dita, faz-se necessária uma contextualização acerca do instrumento de análise: o livro didático. Nesse sentido, é importante observar como esse instrumento tecnológico da língua foi se constituindo histórica e culturalmente.

2 A constituição histórica e cultural do livro didático

Nos últimos tempos, têm sido realizadas diversas pesquisas sobre o livro didático, sob o aspecto pedagógico, político, econômico e cultural. Nessas pesquisas, destaca-se a importância do material didático que, em alguns contextos, muitas vezes, é a única fonte de informação e formação do aluno. Para compreender essa realidade, é necessário percorrer brevemente o processo de constituição desse material didático ao longo da História. Tal percurso será feito com base nas informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação (FNDE, 2015), bem como nos trabalhos desenvolvidos por Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta e Wanderly Ferreira da Costa (1997); Décio Gatti Júnior (2004); Célia Cristina de Figueiredo Cassiano (2004); e Neli Klix Freitas e Melissa Haag Rodrigues (2008).

Historicamente, os primeiros passos do livro didático podem ser identificados na Europa, no final do século XV e início do século XVI, período marcado pelo Renascimento e por transformações ideológicas e culturais. Na cultura escolar da Europa do século XV, os livros eram raros, pois a imprensa ainda não havia sido inventada. No entanto, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de estudo (Cf. FREITAS; RODRIGUES, 2008).

Com a invenção da imprensa por Johannes Gutemberg, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo, a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 36) foi se solidificando. Ao longo da História, foram desenvolvidos instrumentos didáticos e cartilhas para auxiliar na educação escolar.

No Brasil, a trajetória dos livros didáticos na escola iniciou-se em 1929, com a criação de um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), cujo objetivo era contribuir para a legitimação do livro

didático nacional, fomentando o aumento de sua produção. Porém, apenas em 1934, o INL recebeu suas primeiras funções, como editar obras literárias para a formação cultural da população, elaborar uma enciclopédia e um dicionário nacionais e expandir o número de bibliotecas públicas.

Em 1938, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do Decreto Lei nº 1006/1938, que estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dos livros didáticos. Porém, nesse período, tal comissão exercia mais uma função de controle político-ideológico do que propriamente um papel didático.

Depois de muitas críticas sobre a legitimidade dessa comissão, o Estado estabeleceu, pelo Decreto-Lei nº 8.460/1945, as condições de produção, importação e utilização do livro didático, atribuindo ao professor a função de escolher o livro a ser utilizado pelos alunos.

Nesse cenário, diversas alterações foram acontecendo, até que, em 1976, o Instituto Nacional do Livro foi extinto e criou-se a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), que ficou responsável pelo Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Contudo, as mudanças não produziram melhorias e, em 1983, criou-se a Fundação de Assistência ao Estudante para substituir a FENAME. Mesmo com essa fundação, as críticas continuaram. Entre elas estavam a não distribuição dos livros didáticos nos prazos estabelecidos, a pressão política das editoras e o autoritarismo na escolha dos livros (Cf. FREITAG *et al.*, 1997).

Em 1985, o atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) substituiu o PLIDEF, por meio do decreto nº 91.542/1985, realizando alterações significativas em relação aos seguintes aspectos (Cf. CASSIANO, 2004; FNDE, 2015): a) garantia do direito de escolha do livro pelos professores; b) reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores; c) aprimoramento das especificações técnicas para sua produção, proporcionando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; d) extensão da oferta aos alunos de todas as séries do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias; e) aquisição com recursos do governo federal, com distribuição gratuita às escolas públicas.

Conforme o histórico do PNLD, disponibilizado pelo Ministério da Educação (Cf. FNDE, 2015), diversas políticas públicas foram sendo aplicadas em relação aos livros didáticos. Atualmente, os livros passam por uma avaliação pedagógica e são distribuídos pelo Ministério da Educação. As opções de escolha são apresentadas no Guia do Livro Didático, sendo entregue às escolas e disponível de forma on-line. Assim, os professores da rede pública têm a oportunidade de adotar o livro de sua preferência pelo período de três anos.

Tendo visto esse breve percurso do livro didático no Brasil, parte-se agora para a análise do livro didático *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3, das Edições SM.

3 Objeto de análise: a abordagem do sujeito sintático no livro didático Ser protagonista: Língua portuguesa, volume 3

O livro didático de Ensino Médio, *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3 (2013), será utilizado como objeto de análise no que se refere à sintaxe, mais precisamente em relação à abordagem do conceito de sujeito. O livro consiste em uma obra coletiva produzida pelas Edições SM, tendo como editor responsável Rogério de Araújo Ramos, que é bacharel e licenciado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Além disso, fazem parte da elaboração do conteúdo: Ana Elisa de Arruda Penteado (Licenciada em Letras pela Unicamp e Mestre e Doutora em História, Filosofia e Educação pela Unicamp); Cecília Bergamin (Bacharela em Letras pela USP e Mestre em Literatura brasileira pela USP); Cristiane Escolástico Siniscalchi (Bacharela e Mestre em Letras pela USP); Heidi Strecker (Bacharela em Letras pela USP, Licenciada em Letras e Filosofia pela USP); Lilia Santos Abreu-Tardelli (Bacharela e licenciada em Letras pela Unicamp, Mestre em Linguística Aplicada pela PUC-SP, Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC); Manuela Prado (Bacharela em Letras pela USP); Matheus Martins (Licenciado e Mestre em Letras pela UFMG); Mirella L. Cleto (Bacharela e licenciada em Letras pela USP); e Ricardo Gonçalves Barreto (Bacharel e Licenciado em Letras pela Mackenzie, Mestre e Doutor em Letras pela USP).

Na apresentação do livro, a equipe editorial dirige-se ao aluno como seu interlocutor, expondo que o objetivo da obra é auxiliá-lo a ser “um leitor atento do mundo”, contribuindo para que “exerça uma participação social construtiva” (SER PROTAGONISTA, 2013, p. 3). Tal objetivo é buscado ao longo de todo o livro, que se divide em três partes: literatura, linguagem e produção de texto. Ao referir-se à parte da linguagem (sobre a qual o presente artigo desenvolverá sua análise), a equipe editorial apresenta ao aluno seus objetivos:

(...) você vai *refletir sobre a língua em suas múltiplas dimensões* – social, cultural, política, ideológica, expressiva – ao mesmo tempo que vai *estudar de forma crítica os principais temas da tradição gramatical*. A educação linguística é entendida assim de maneira ampla: a língua é tomada como objeto de estudo, mas também como parte inseparável da vida cotidiana (SER PROTAGONISTA, 2013, p. 3, grifo nosso).

Assim, desde sua apresentação, o livro manifesta a intenção de estudar criticamente os conteúdos gramaticais, expondo a língua como um todo complexo que não pode ser reduzido a julgamentos sobre o que é “certo” ou “errado”, visto que ela está sujeita às variações linguísticas, comumente constatadas na vida cotidiana.

3.1 Descrição da abordagem da sintaxe

A parte do livro relacionada à linguagem, na qual se aborda a sintaxe, possui como título “Linguagem: arquitetura da língua” e divide-se em quatro unidades, a saber: “Ordenar palavras, produzir sentidos” (unidade 8), “O período simples” (unidade 9), “O período composto” (unidade 10) e “Aspectos da sintaxe na norma-

padrão” (unidade 11). A unidade 8 possui dois capítulos: “Introdução à sintaxe” (capítulo 21) e “Frase, oração, período” (capítulo 22). A unidade 9 constitui-se de três capítulos: “Termos essenciais da oração” (capítulo 23), “Termos integrantes da oração” (capítulo 24) e “Termos acessórios da oração” (capítulo 25). A décima unidade possui quatro capítulos: “Orações coordenadas” (capítulo 26), “Orações subordinadas substantivas” (capítulo 27), “Orações subordinadas adjetivas” (capítulo 28) e “Orações subordinadas adverbiais” (capítulo 29). E a unidade 11 possui dois capítulos: “Colocação pronominal” (capítulo 30) e “Concordância e regência” (capítulo 31).

Na introdução dessa parte que trata da linguagem, percebe-se uma concepção muito sensata e equilibrada acerca da língua. Tal concepção, inicialmente, destaca a importância de se considerar as variantes linguísticas, visto que a língua é dinâmica:

Uma língua é um conjunto de muitas variedades linguísticas, que refletem e ao mesmo tempo constituem as identidades sociais dos diversos grupos de falantes. As variedades também indicam que a língua muda ao longo do tempo e de situação para situação, além de refletir traços subjetivos dos falantes, dando prova da sua inventividade (Ibidem, p. 193).

No entanto, o livro destaca que essa consideração das variantes linguísticas não justifica a ignorância das regras gramaticais básicas, pois todas as variações da língua baseiam-se em parâmetros pelos quais a comunicação e a compreensão se tornam possíveis.

Isso não significa, no entanto, que na língua “vale tudo”. Para que a interação efetivamente se realize e a comunicação seja possível, é preciso que os falantes partilhem certas regras. Qualquer variedade linguística se estrutura em torno de certos parâmetros, segundo os quais os falantes podem reconhecer ou não um enunciado como adequado, próprio daquela variedade (Ibidem, 2013, p. 193).

Essa concepção conciliatória entre as variedades linguísticas e os parâmetros gramaticais expressa no livro didático pode ser relacionada com o pensamento de Travaglia (2002) acerca do ensino de gramática. Ele propõe um método de ensino da língua baseado em quatro formas de focalizar a gramática (Cf. TRAVAGLIA, 2002, p. 108): *gramática de uso* (que é o *conhecimento da língua*, o qual já está internalizado inconscientemente pelo falante), *gramática reflexiva*, *gramática teórica* e *gramática normativa* (as quais se referem ao *conhecimento sobre a língua*, sob diferentes níveis).

Nessas quatro atividades de ensino da gramática (que não precisam ser estanques, e sim concomitantes), percebe-se uma consideração tanto da variação linguística como dos padrões gramaticais, que não são apresentados numa relação de oposição, mas de complementaridade, possibilitando uma visão integral da língua. No entanto, Travaglia (2002) destaca que, para se alcançar essa visão integral da língua no ensino de gramática, é indispensável desenvolver a reflexão sobre os fatos da língua. Assim, variantes linguísticas e regras gramaticais relacionam-se dialogicamente por meio da reflexão sobre a língua.

Aprender a língua, seja de forma natural no convívio social, seja de forma sistemática em uma sala de aula, implica sempre reflexão sobre a linguagem, formulação de hipóteses e verificação do acerto ou não dessas hipóteses sobre a constituição e funcionamento da língua. Quando nos envolvemos em situações de interação há sempre reflexão sobre a língua, pois temos de fazer corresponder nossas palavras às do outro para nos fazer entender e entender o outro (TRAVAGLIA, 2002, p. 107).

Tendo descrito de que modo se concebe a sintaxe no livro didático *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3, é necessário partir especificamente para a descrição e análise da abordagem acerca do conceito sintático de sujeito.

3.2 Descrição e análise da abordagem do sujeito sintático

A partir deste momento, será tomado, como objeto específico de análise, o capítulo 23, “Termos essenciais da oração”, do livro *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3. Acerca desse capítulo, que trata tanto do sujeito quanto do predicado, foi desenvolvida uma análise focada na abordagem que o livro desenvolve sobre o sujeito.

No referido capítulo, para introduzir a questão do sujeito e do predicado, os autores utilizam-se da letra da música *O amor é feio*, da banda Tribalistas.

O amor é feio

O amor é feio
Tem cara de vício
Anda pela estrada
Não tem compromisso

O amor é isso
Tem cara de bicho
Por deixar meu bem
Jogado no lixo.

[...]

O amor é lindo
Faz o impossível
Amplia o infinito
O amor é bonito
O amor é santo
Conforto de um manto
O amor é graça
Ele dá e passa

O amor é livre
(ANTUNES, Arnaldo; BROWN, Carlinhos; MONTE, Marisa *apud* SER
PROTAGONISTA, 2013, p. 218).

A partir da leitura do texto, os autores propõem uma reflexão utilizando-se dos conceitos de “Sintagma Nominal” e “Sintagma Verbal”:

Cada verso dela (da música) corresponde a uma oração, em que se observa a presença de um verbo: *é, tem, anda e tem*. No primeiro verso, há dois blocos de significação: um **sintagma nominal (SN)** – o amor, que indica o elemento a que o verbo se refere, e um **sintagma verbal (SV)** – é feito, cujo verbo o liga ao SN (SER PROTAGONISTA, 2013, p. 218).

Essa utilização de termos como “sintagma nominal” e “sintagma verbal”, para introduzir os conceitos de sujeito e de predicado, parece, num primeiro momento, bastante incompreensível e pouco pedagógica, visto que os interlocutores são alunos de Ensino Médio. No entanto, ao analisar os conteúdos anteriormente abordados pelo mesmo livro didático, percebe-se que, no capítulo 21, “Introdução à gramática”, já foram apresentados aos alunos os conceitos de *Sintagma nominal (SN)* e *Sintagma verbal (SV)*: “**sintagmas nominais** são unidades de sentido cujo núcleo é um **nome** (palavra que se refere aos seres e aos seus atributos). Já os **sintagmas verbais** são unidades de sentido que se organizam em torno dos **verbos**” (Ibidem, 2013, p. 197).

Em relação ao sujeito, que é o objeto desta análise, observa-se, nos estudos de morfossintaxe desenvolvidos por Inez Sautchuk (2010), uma caracterização do sujeito em função do conceito de sintagma nominal: “a característica morfossintática definitiva do sujeito da oração é a de ser sempre de natureza substantiva, representado, portanto, por um *sintagma nominal*” (SAUTCHUK, 2010, p. 78). A partir dessa característica de representação de um sintagma nominal, a pesquisadora desenvolve um método prático de identificação do sujeito: “em qualquer tipo de enunciado (...), *todo termo da oração (não preposicionado) que puder ser substituído por um pronome reto (ele[s], ela[s]) será sujeito*” (Ibidem, p. 78). Além disso, ela destaca e exemplifica quatro formas básicas de constituição do sintagma nominal enquanto sujeito, quando esse se apresenta explicitamente no enunciado.

O sujeito, quando explícito na oração, tem de ser necessariamente um sintagma nominal:

- Com determinante + núcleo substantivo;
(90) muito bem à saúde fazem as peras.
(=elas fazem muito bem à saúde)
- Representado por palavra substantivada;
(91) Novas esperanças pode trazer o amanhã.
(= ele pode trazer novas esperanças)
- Representado por pronome substantivo;
(92) poucos viram o acidente
(= eles viram o acidente)
- Expandido a partir do núcleo substantivo e acompanhado por seus determinantes e/ou modificadores.
(93) não existem mais aqueles filmes magníficos de aventura.
(= eles não existem mais) (Ibidem, p. 79-80).

Retomando a abordagem do livro didático, percebe-se que, depois de apresentar os conceitos de sujeito e predicado por meio dos sintagmas nominal e verbal, os autores seguem o seu propósito inicial, expresso na apresentação do livro, de “estudar de forma crítica os principais temas da tradição gramatical” (SER PROTAGONISTA, 2013, p. 03). Nesse sentido, eles desenvolvem uma abordagem crítica do conceito sintático de sujeito, que leva em consideração a gramática tradicional, mas que se distingue dela consideravelmente. Essa distinção torna-se evidente quando, tomando como exemplo os versos da música mencionada anteriormente, os autores utilizam a expressão “lugares virtuais” para referir-se ao sujeito.

Algumas palavras da língua, chamadas de **predicadores**, projetam **argumentos**, isto é, “lugares virtuais” na mente dos falantes, espaços vazios de significação. Esses espaços devem ser preenchidos pelo próprio enunciado- como acontecem nos versos 2 a 4 da estrofe – ou pelo contexto discursivo. O verbo *ter*, por exemplo, provoca algumas perguntas que indicam esses “espaços vazios”: Quem tem? O amor. Tem o quê? Cara de vício (Ibidem, p. 218).

Mesmo que os autores estejam apenas desenvolvendo uma introdução, sem ainda definir formalmente o sujeito, percebe-se, no trecho anterior, uma conceituação prévia, cujo núcleo está no conceito de “lugar” enquanto relacionado à sintaxe.

Sob essa perspectiva, é possível relacionar tal terminologia utilizada pelo livro didático com o conceito de lugar sintático desenvolvido por Luiz Francisco Dias (2002)¹. Segundo ele, a língua é constituída por uma dimensão material (orgânica ou estrutural) e uma dimensão simbólica (enunciativa), que estão em constante relação, mas que sofrem discrepâncias (pois há termos que estão articulados estruturalmente, mas projetam formações simbólicas dispersas; e há formações simbólicas que não são projetadas nas formas articuladas). “Essa discrepância constitutiva entre o material e o simbólico produz uma demanda de saturação” (DIAS, 2002, p. 52). Nesse contexto, pode-se falar de “lugar sintático” como “ponto de convergência de uma demanda de saturação” (Ibidem, p. 53). Ou seja, o lugar sintático é o ponto de encontro da relação entre a dimensão material (orgânica) e a dimensão simbólica (enunciativa).

Após referirem-se ao sujeito como “lugar”, os autores, sob o título de “a identificação do sujeito e do predicado”, desenvolvem uma crítica sobre possíveis e limitadas concepções de sujeito e de predicado que podem ter alguns usuários da língua. De início, questionam o entendimento simplório de sujeito como “aquilo que está à esquerda do verbo” (SER PROTAGONISTA, 2013, p. 219), apresentando que a estrutura das orações pode ser tanto na ordem direta (sujeito + predicado) como na indireta (predicado + sujeito).

Em seguida, o livro passa a criticar algumas definições de sujeito presentes em alguns estudos gramaticais. Entre elas, são questionadas as definições de “sujeito como ‘agente da ação verbal’ e ‘aquele que pratica a ação expressa pelo verbo’” (Cf. Ibidem,

¹ Essa aproximação entre Dias (2002) e o livro didático refere-se tão somente à utilização do conceito de “lugar sintático”, pois, no que se refere à concepção de sujeito, existem distinções entre as duas perspectivas, como será demonstrado posteriormente.

p. 219). Tal crítica é desenvolvida por meio da demonstração de que, na voz passiva, o sujeito não pratica a ação, mas a sofre; e de que há verbos que não expressam ação, mas estado e, portanto, o sujeito dos mesmos não pode ser o agente.

Além disso, criticam também o conceito de sujeito como termo “sobre o qual se faz uma declaração” (Ibidem, p. 219), argumentando que há orações que não possuem sujeito e que, mesmo assim, possuem sentido completo.

Após essas críticas, são apresentados alguns referenciais para identificação do sujeito, a partir da concordância.

O sujeito só se manifesta em uma oração se o verbo projetar um argumento que deva ser preenchido por ele. Quando isso acontece, nas variedades urbanas de prestígio, o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa. Assim, buscar na oração um termo que concorda em número e pessoa com o verbo do predicado ajuda a identificar o sujeito (Ibidem, p. 219, grifo nosso).

Essa relação de concordância do sujeito com o número e a pessoa do verbo fundamenta-se na constatação, exposta por Mário Perini na *Gramática descritiva do português* (2004), de que “existe na maioria das orações, um constituinte que se harmoniza com o NdP (núcleo do predicado) em número e pessoa” (p. 76). E, conseqüentemente, tal relação vincula-se ao próprio conceito de sujeito como “o termo da oração que está em relação de concordância com o NdP” (PERINI, 2004, p. 77). Posteriormente, essa concepção foi apresentada pelo autor de forma mais desenvolvida na *Gramática do português brasileiro*: “o sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo” (PERINI, 2010, p. 69).

Depois dessas críticas e considerações, os autores do livro didático formulam um conceito de sujeito, apresentando-o como “o argumento projetado pelo verbo de uma oração com a qual ele concorda em pessoa e número” (SER PROTAGONISTA, 2013, p. 219). E é esse conceito que manifesta quão peculiar é a abordagem do sujeito desenvolvida no livro didático *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3.

Tal conceituação é bastante distinta da gramática tradicional. E é importante observar comparativamente como ocorre essa distinção para compreender os seus pressupostos e suas implicações. Assim, serão apresentadas as concepções de sujeito presentes em algumas gramáticas normativas para contrastá-las com o conceito exposto pelo livro didático.

Na *Nova Gramática do português contemporâneo*, Celso Cunha e Lindley Cintra definem o sujeito simplesmente como “o ser sobre o qual se faz uma declaração” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 136).

Já Domingos Paschoal Cegalla, na *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 46ª edição, além de definir conceitualmente o sujeito, também descreve como ele se constitui: “o sujeito é o ser do qual se diz alguma coisa (...) é constituído por um substantivo ou pronome, ou por uma palavra ou expressão substantivada” (CEGALLA, 2005, p. 324).

Na mesma linha de Cegalla, o professor Carlos Henrique da Rocha Lima, na 43ª edição da sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2003), define o sujeito como “o

ser de quem se diz algo” (p. 234) e acrescenta que “o sujeito é expresso por substantivo, ou equivalente de substantivo” (p. 235).

De forma mais aprofundada, o professor Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª edição, define o sujeito, num primeiro momento, como a “unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração” (2009, p. 409). E ele continua a desenvolver teoricamente esse conceito, apresentando o sujeito como “uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal” (Ibidem, p. 409).

Mesmo apresentando diferentes conceitos de sujeito, as gramáticas normativas possuem em comum o fato de reconhecer o sujeito como um termo essencial da oração, juntamente com o predicado.

Diante dessa perspectiva tradicional, Flávia de Barros Carone (1998) observa que, nessa concepção, normalmente, o sujeito é apresentado cronologicamente como anterior ao verbo e hierarquicamente mais importante que o verbo. Ou seja, entre os termos essenciais da oração (sujeito e predicado), o que possuiria maior valor na oração seria o sujeito. No entanto, ela destaca que as gramáticas normativas defendem essas ideias não com base na linguística, e sim na lógica aristotélica: “o conceito tradicional de sujeito (...) é mais lógico do que sintático” (CARONE, 1998, p. 72). Ela propõe que se desenvolva uma concepção de sujeito e predicado baseada, de fato, na sintaxe.

Diz a gramática tradicional, apoiando-se na lógica, que sujeito é o tema sobre o qual se diz algo; e predicado é o comentário que se faz sobre esse tema. Infere-se daí que o primeiro a surgir na mente do falante é o sujeito, pois só podemos falar sobre um tema se o tivermos presente em nosso espírito. Cronologicamente, portanto, o sujeito é pensado com antecedência, é o “já conhecido”; e o predicado é uma informação aduzida como “algo novo”, até esse momento não conhecido.

Neste ponto do raciocínio, entram em conflito a lógica e a linguística, como ciências autônomas, que usam métodos diferentes e se preocupam com objetos diferentes: o objeto da linguística é a linguagem verbal – sistemas de unidades articuladas, capaz de veicular pensamentos; e o objeto da lógica é o próprio pensamento veiculado de uma mente a outra. A parte da linguística aqui interessada é a sintaxe, pois sujeito e predicado lógicos são oscilantes, e os sintáticos não o são. (CARONE, 1998, p. 60)

A partir dessa crítica à gramática tradicional, Carone (1998) propõe um novo conceito de sujeito, que consiste apenas em um complemento do verbo, sendo dependente dele.

É isso que o sujeito realmente é: não um termo essencial, mas um termo integrante da oração, subordinado ao verbo, com o qual se articula em uma relação de dependência. Em outras palavras, o sujeito é sintaticamente um complemento do verbo (Ibidem, p. 73).

Essa concepção de centralidade do verbo na oração e essa relação de dependência do sujeito em relação ao verbo podem ser constatadas no conceito de sujeito definido no livro didático *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3. Se o sujeito é “um argumento projetado pelo verbo”, conforme define o referido livro, é possível, então, estabelecer um paralelo com o pensamento de Carone (1998) de que o sujeito está a serviço do verbo, complementando-o. No entanto, devem ser feitas as devidas ressalvas a tal comparação, pois, mesmo que existam semelhanças entre a abordagem de Carone e a do livro didático, há também uma distinção significativa em relação aos termos “complemento” (CARONE, 1998, p. 73) e “argumento projetado” (SER PROTAGONISTA, 2013, p. 219). Mesmo que esses dois conceitos estejam em função do verbo, ambos não são sinônimos; ao contrário, um é mais abrangente que o outro. É necessário considerar que, embora o complemento seja um argumento do verbo (por ser projetado por ele), nem todo argumento do verbo consiste em um complemento. Em outros termos, o sujeito é um argumento do verbo, porque é projetado por ele, mas não é, necessariamente, um complemento.

Além disso, a definição de sujeito proposta no livro didático pode ser relacionada de maneira oposta ao conceito proposto por Luiz Francisco Dias (2002, 2003), que se fundamenta na concepção de lugar sintático. Partindo desse pressuposto teórico, Dias defende que o sujeito “aciona o verbo, determinando a sua conjugação, daí a presença de concordância entre os dois termos (sujeito e verbo) na maioria das vezes em que há essa determinação” (2003, p. 63). E ele explica em que consiste essa função do sujeito.

Na nossa perspectiva, ‘acionar’ significa retirar o verbo do estado de dicionário (infinitivo); e ‘determinar’ significa estabelecer os parâmetros para que o verbo, deixando de ser infinitivo, adquira uma terminação específica, adaptando-se em número e pessoa ao sujeito (Ibidem, p. 63).

Portanto, mesmo não seguindo a gramática tradicional, mas partindo do conceito de lugar sintático, Luiz Francisco Dias (2002, 2003) contraria o pensamento de Carone (1998) e inverte a relação de dependência: é o verbo que depende do sujeito, sendo acionado e determinado por ele. Essa concepção está em dissonância com a apresentada no livro didático. Enquanto em *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3, o sujeito é projetado pelo verbo, em Dias (2002, 2003), é o sujeito quem aciona e determina o verbo. Tal divergência explica-se pela diferença entre os pressupostos teóricos sobre os quais se baseiam as duas perspectivas: enquanto Dias (2002, 2003) adota o quadro teórico da semântica da enunciação, os autores do livro didático se apoiam no quadro teórico formal.

Depois de ter conceituado o sujeito, o livro didático passa a apresentar sua classificação, estando totalmente conforme a gramática tradicional. Assim como em Cegalla (Cf. 2005, p. 324-328) e Cunha e Cintra (Cf. 2008, p. 140-146), o sujeito é classificado no livro analisado como: simples, composto, oculto, indeterminado e oração sem sujeito (Cf. 2013, p. 220-221). Tal fidelidade à sintaxe apresentada na gramática normativa pode ser compreendida sob um ponto de vista pragmático: as classificações utilizadas na análise sintática, normalmente, são muito recorrentes em

testes seletivos, em exames de avaliação do ensino, em provas de vestibular etc. Ou seja, o conhecimento e o domínio desses conceitos sintáticos da gramática tradicional são necessários para um bom desempenho dos alunos em situações avaliativas e classificatórias, às quais, inevitavelmente, os alunos são submetidos tanto no contexto escolar quanto fora dele.

No entanto, é possível transpor essa perspectiva pragmática relacionada aos conceitos sintáticos, partindo da ideia defendida por Inez Sautchuk (2007) de que a sintaxe constitui-se no eixo da textualidade. Nesse sentido, a autora defende que a sintaxe é a microestrutura sobre a qual se desenvolve a textualidade.

[...] como um eixo que serve tanto para gerar problemas no suporte linguístico do texto, como para disciplinar a sua elaboração. Acredito ser a SINTAXE esse eixo da textualidade microestruturalmente manifestada. [...] Se é a coerência que dá origem à textualidade, é a microestrutura que sustenta, ampara essa textualidade (SAUTCHUK, 2007, p. 2).

A partir dessa concepção, a abordagem da sintaxe supera o estereótipo de conceitos e classificações a serem decorados (e que, por consequência, são evitados pelos alunos) e alcança o patamar de um instrumental de produção de textos, que possibilita tanto o desenvolvimento das habilidades da escrita, como uma melhor compreensão da língua e de seu funcionamento.

4 Considerações finais

A partir do que foi descrito e analisado sobre a abordagem do sujeito no livro didático *Ser protagonista: Língua portuguesa*, volume 3, percebe-se que os autores cumprem seu propósito inicial de estudar, de forma crítica, a tradição gramatical e o fazem não por meio de uma “crítica cega” à gramática tradicional, e sim por meio de uma exposição que contemple tanto as variedades linguísticas como os parâmetros normativos. Essa exposição procura questionar as concepções limitadas de sujeito sintático presentes tanto na mentalidade de alguns falantes, como nos estudos gramaticais. Tais questionamentos possibilitam uma visão integral da língua e proporcionam uma reflexão sobre a mesma (Cf. TRAVAGLIA, 2002, p. 107).

Quanto à conceituação de sujeito, percebe-se uma dissonância em relação à gramática tradicional, utilizando-se de terminologias recorrentes em estudos críticos sobre a gramática, como “lugar sintático”, “lugares virtuais” e “argumento projetado”. Tal dissonância conceitual em relação à gramática tradicional manifesta-se, inclusive, na percepção do sujeito como dependente do verbo, por ser projetado por ele. Contudo, no que se refere à classificação dos tipos de sujeito, o livro didático segue fielmente a tradição gramatical. Desse modo, percebe-se que, na abordagem do sujeito sintático, o livro analisado parte da gramática tradicional para criticá-la e “superá-la” em âmbito conceitual, mas também se usa dela para promover a classificação sintática dos sujeitos. Tal classificação pode ser considerada sob um ponto de vista pragmático (por ser um conteúdo exigido em processos avaliativos), mas também sob a perspectiva da produção textual, à medida que se considera a sintaxe como eixo

estruturante da textualidade, possibilitando, ao aluno, a compreensão do funcionamento da língua, bem como o desenvolvimento de habilidades de produção de textos.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASSIANO, Célia C. F. Mercado de livro didático no Brasil. In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/celiacristinacassiano.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DIAS, Luiz Francisco. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (Org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Ufrgs/Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

_____. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, Claudia Stumpf (Org.). *Questões de linguística*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 57-69.

FREITAS, N.K.; RODRIGUES, M.H. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. *Pesquisa*, v. 3, p. 26-33, 2008.

FREITAG, Barbara, et. al. *O livro didático em questão*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. PNLD – *Programa Nacional do Livro Didático: histórico*. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em 10 fev. 2015.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil*. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SER PROTAGONISTA: Língua portuguesa, 3º ano do ensino médio. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por edições SM. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2013.

SAUTCHUK, Inez. Sintaxe: eixo da textualidade. In: IX FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (FELIN), 2007, Rio de Janeiro, *Atas do IX FELIN*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/pdf/63.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.